FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 09/12/2023 - 05:59

Congresso pode controlar R$ 50 bi em ano eleitoral

Congresso turbina emendas e pode controlar cerca de R$ 50 bi em ano eleitoral

Reserva de R$ 37,6 bilhões no Orçamento deve aumentar com carimbo de R$ 11,3 bilhões para comissões e blindagem a cortes

Idiana Tomazelli e Thiago Resende

BRASÍLIA Um artigo incluído na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 carimba R$ 11,3 bilhões para emendas de comissão e amplia ainda mais o poder do Congresso sobre o Orçamento.

O texto foi admitido pelo relator da LDO, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), em acordo entre integrantes da cúpula da Câmara e do Senado para se estabelecer novo modelo de distribuição das emendas no próximo ano.

A medida ainda precisa ser votada pelos parlamentares. Uma vez aprovada, pode elevar o montante total das emendas para um valor recorde, próximo a R$ 50 bilhões.

Hoje, a proposta orçamentária de 2024 já contempla uma reserva de R$ 37,6 bilhões para emendas individuais e de bancada, que são obrigatórias pela Constituição Federal.

As emendas são uma forma com que deputados e senadores consequem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar o capital político. A prioridade do Congresso é atender seus redutos eleitorais, e não as áreas com maior demanda de recursos.

Há três tipos de emenda: as individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região) e as de comissão (definida por integrantes dos colegiados).

O parecer de Forte diz que o Orçamento deve reservar ao menos 0,9% da RCL (receita corrente líquida) de 2022 para programações indicadas por comissões do Congresso. Dois terços do valor serão designados pelos colegiados da Câmara, e o restante, pelas comissões do Senado.

Ao carimbar esse dinheiro para emendas, o governo poderá perder verba para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e para a Saúde.

Além disso, o relator previu que, em caso de frustração de receitas, as emendas de comissão só poderão ser bloqueadas na mesma proporção do corte aplicado sobre as despesas não obrigatórias do Poder Executivo.

As emendas de comissão não são impositivas como as indicações parlamentares individuais ou de bancada estadual. Carimbar um valor mínimo na LDO e limitar o contingenciamento para esses recursos é uma forma de protegê-los contra cortes ou remanejamentos. Na prática, trata-se de uma blindagem.

Técnicos ouvidos pela Folha lembram que a impositividade das emendas individuais e de bancada teve origem em dispositivo semelhante incluído na LDO de 2014.

Hoje, a Constituição reserva 2% da RCL para emendas individuais e 1% para emendas de bancada estadual.

A ideia, segundo líderes do Congresso, é que as emendas de comissão preencham o lugar das extintas emendas de relator, principal moeda de troca nas negociações políticas entre o governo Jair Bolsonaro (PL) e os parlamentares.

As emendas de relator foram extintas pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que declarou sua inconstitucionalidade há cerca de um ano.

Ao turbinar as emendas de comissão, os integrantes da cúpula da Câmara e do Senado passam a ter poder sobre essa verba bilionária e podem dividir o montante com base em critérios políticos.

Articuladores políticos do Palácio do Planalto temem que esse novo modelo crie um descontrole e rachas internos no Congresso, já que a disputa por cargos de comando nas comissões tende a se ampliar.

Esse é outro fator que fortalece as cúpulas das duas Casas, pois a divisão das comissões é costurada pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O plano dos líderes do Congresso é que as emendas de comissão não sejam repartidas igualmente entre cada colegiado. Segundo pessoas envolvidas nas negociações ouvidas pela Folha, comissões como de infraestrutura, de saúde e de educação vão receber fatias maiores do que outras.

O Congresso chegou a discutir até mesmo um novo tipo de emenda (as de liderança), mas acabou optando por turbinar as de comissão, que já existem desde o governo Bolsonaro. No entanto, até 2022, essas emendas eram inferiores a R$ 1 bilhão por ano.

Com o fim das emendas de relator, os parlamentares passaram a ampliar o uso das emendas de comissão.

O governo ainda tem que lidar com um impasse na reta final do ano sobre emendas distribuídas pelo Congresso na gestão Bolsonaro e que ainda não foram quitadas. Quando o parlamentar indica uma emenda, é comum que alguns contratos só venham a ser finalizados meses ou até anos após a autorização da obra.

Há um saldo de quase R$ 15 bilhões em emendas de 2019, 2020 e 2021 cuja execução ainda não foi concluída. Nesse período, o Congresso assumiu o controle de uma fatia até então recorde dos recursos do Orçamento, inclusive por meio das emendas de relator.

Um decreto do governo Lula colocou em risco esse saldo. Pelas regras do decreto, as emendas que não foram totalmente quitadas serão canceladas pelo Tesouro Nacional ao longo de 2024, ano eleitoral. Para as verbas indicadas em 2019 e 2020, o prazo limite será 31 de março. Para os valores de 2021, o limite será 30 de junho do próximo ano.

O Congresso reagiu e Forte incluiu um dispositivo para prorrogar o prazo até o fim de 2024. O adiamento tem apoio da articulação política do Planalto. Portanto, é esperado que o presidente não vete essa medida, se ela for aprovada pelos parlamentares.

O impasse sobre as emendas de anos anteriores virou uma pedra a mais no caminho do governo Lula, que já enfrenta dificuldades na organização da base aliada no Congresso. Na reta final do ano, em especial, há uma concentração de medidas de interesse do ministro Fernando Haddad (Fazenda) para ampliar a arrecadação na tentativa de reequilibrar as contas públicas.

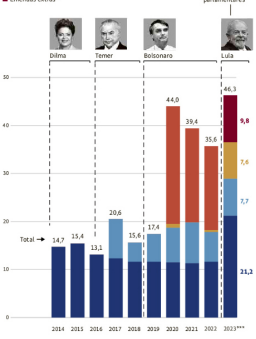
Com o dispositivo para manter as emendas herdadas do governo Bolsonaro até o fim de 2024, o governo espera acalmar a base aliada no Congresso.

Congresso amplia emendas no início do Lula 3

Em R$ bilhões

■ Individuais
■ Bancada
■ Comissão
■ Relator*
■ Emendas extras**

Acordo político após decisão do STF beneficiou ainda mais os parlamentares



* As emendas de relator, antes usadas somente em caráter de correção da Lei Orçamentária Anual, passaram a ser utilizadas em 2020 para destinar verba a obras de interesse de deputados, sem transparência

** Emendas extras do relator ocorrem excepcionalmente neste ano, e foram destinadas para alocação de cada ministério do governo, com indicação do Congresso

*** Previsão

Fonte: Congresso Nacional

CRONOLOGIA DAS EMENDAS

ANTES DE 2015
- **A execução das emendas parlamentares era decidida pelo governo, que poderia ignorar a destinação**

2015
- **A execução passou a ser obrigatória das emendas individuais**

2019
- **Emendas de bancadas se tornaram obrigatórias**
- **Congresso aprovou R$ 10 bilhões para as emendas de relator; após veto, valor caiu para R$ 20 bi**

2020
- **Valor das emendas chega a R$ 44 bilhões**

2022
- **STF proíbe as emendas de relator**

2023
- **Cada deputado teve R$ 32 milhões em emendas individuais (senadores, R$ 59 milhões)**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.